

Diário Oficial da União – Edição 155 – Seção 2 – pág. 38

Ministério Público da União
Ministério Público Militar
Procuradoria-Geral de Justiça Militar

PORTARIA Nº 118/PGJM, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Transformar, sem aumento de despesa, 1 (um) Cargo Comissionado CC-1 e 1 (um) Cargo Comissionado CC-3, criados pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, na estrutura do Ministério Público Militar, em 1 (um) Cargo Comissionado CC-4, com utilização do saldo remanescente decorrentes das transformações, conforme Portaria nº 57/PGJM, de 07/05/2021, observadas as correspondências estabelecidas pelo art. 22, § 1º, da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

PORTARIA Nº 120/PGJM, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XIII, alínea c, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e tendo em vista o contido no Processo nº 19.03.0011.0000274/2021-50, considerando o critério de desempate adotado em caso de mais de um interessado ao mesmo Ofício (artigo 4º, § 2º do Edital), resolve:

Art. 1º Designar a Promotora de Justiça Militar, ADRIANA SANTOS, matrícula nº 574-6, atualmente lotada no 3º Ofício da 5ª Procuradoria de Justiça

Militar no Rio de Janeiro/RJ, para atuar em regime de acumulação de Ofício, perante o 4º Ofício da 5ª Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, unicamente na modalidade remota, nos moldes previstos no Artigo 52 do Ato Conjunto CASMPU nº 1/2014.

Art. 2º Designar a Promotora de Justiça Militar, SANDRA MARA REGIS, matrícula nº 662-9, atualmente lotada na Procuradoria de Justiça Militar em Porto Alegre/RS, para atuar em regime de acumulação de Ofício, perante o 2º Ofício da 5ª Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, unicamente na modalidade remota, nos moldes previstos no Artigo 52 do Ato Conjunto CASMPU nº 1/2014.

Art. 3º As designações a que se referem os artigos anteriores ocorrerão sem prejuízo das atribuições das Membras em seus Ofícios de origem, terão início em 16/8/2021 e término em 15/9/2021.

Parágrafo único. Fica autorizado, no período das substituições a que se refere o caput, o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de ofício, observados os demais requisitos previstos no Ato Conjunto CASMPU nº 1/2014 e outros normativos aplicáveis.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE